



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



Processo nº: 8.674/14
Apenso nº: 480.000.146/13 - GDF
Jurisdicionada: Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN
Assunto: Auditoria realizada por outros órgãos
Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Pessoal
MP: Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA
Sessão: Pauta nº 62, S.O. nº 4805, de 1.9.2015
Publicação: DODF nº 166, de 27.8.2015, pág. 20
Ementa: Auditoria de pessoal ativo realizada pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF no Departamento de Trânsito do Distrito Federal. OS PARECERES são DIVERGENTES: A Instrução sugere determinações. O Ministério Público endossa as conclusões do Corpo Técnico, com acréscimo. VOTO de acordo com os Pareceres.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Auditoria de Pessoal Ativo realizada pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF - STC no Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF.

2. O Relatório de Auditoria nº 3/2014-DIRPA/CONAP/CONT/STC (fls. 117/159-v do processo apenso) aborda questões atinentes a ações administrativas relativas aos seguintes assuntos: adicional noturno; adicional de insalubridade; adicional por tempo de serviço; atraso nos lançamentos no SIRAC relativos a admissões; desvio de função; acumulação de cargos, empregos ou funções públicas; auxílio-creche; auxílio-saúde; auxílio-alimentação; conciliação do adiantamento de férias; pagamento de licença-prêmio em pecúnia; abono de permanência; cadastramento e exclusão de vantagens na folha de pagamento; instalações utilizadas pela área de pessoal do DETRAN/DF; procedimentos de concessão de gratificação de titulação – GTIT e de adicional de qualificação; ficha limpa; ampliação de carga horária; e Cessão de servidor a órgão ou entidade dos Poderes do Distrito Federal, da União, dos Estados ou dos Municípios.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



3. Após manifestação da jurisdicionada acerca dos pontos abordados no Relatório, a então Secretaria de Estado de Transparência e Controle concluiu pela existência de falhas formais, médias e graves naquela autarquia.

4. Finalizando as apurações à cargo daquela Pasta, em atenção ao parágrafo único do art. 119 do RI-TCDF, os autos foram remetidos a este Tribunal para a adoção das providências pertinentes.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

5. O Corpo Técnico, por meio da Informação de fls. 93/107, analisa a matéria nos termos seguintes:

“4. Importa frisar que os temas abordados pelo Controle Interno são objeto de contínuo acompanhamento por parte desta Corte (v.g. os Processos TCDF de nºs 4.525/1998, 1.338/2001, 703/2002, 1.094/2004, 14.970/2007 e 14.758/2009). De todo modo, afiguram-se relevantes os achados relatados pelo Controle Interno, na medida em que viabilizam o aprimoramento da gestão administrativa do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

5. No que tange ao trâmite do Processo apenso nº 0480-000146/2013, consta que, após manifestação da auditada, pronunciou-se a Secretaria de Transparência e Controle, por meio do Relatório de Auditoria nº 3/2014/DIRPA/CONAP/CONT/STC (fls. 45/87). Em síntese, informa o Controle Interno que foram achadas falhas formais, médias e graves nas seguintes áreas:

a) Inadequações das instalações utilizadas pela área de pessoal e Falhas nos procedimentos de concessão de Gratificação de Titulação – GTIT e de Adicional de Qualificação (falhas formais);

b) Adicional de Insalubridade; Admissão; Desvio de Função; Acumulação de Cargos, Empregos ou Funções Públicas; Auxílio-Creche; Auxílio-Saúde; Auxílio-Alimentação; Cadastramento e Exclusão de Vantagens na Folha de Pagamento; Ficha Limpa; Ampliação de Carga Horária; e Cessão de servidor a órgão ou entidade dos Poderes do Distrito Federal, da União, dos Estados ou dos Municípios (falhas médias);

c) Adicional noturno e Adicional por tempo de serviço; Conciliação do adiantamento de férias; Pagamento de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



Licença-Prêmio em Pecúnia; e Abono de Permanência (falhas graves).

6. Assim, diante dos achados presentes no citado Relatório, a Secretaria de Transparência e Controle, com o objetivo de atender ao disposto no parágrafo único do art. 119 do Regimento Interno do TCDF (Resolução nº 38/1990), encaminhou o presente processo a este Tribunal para as providências pertinentes.

7. No que se refere aos achados de auditoria e correspondentes providências por parte da auditada, cabe destacar o que se segue.

8. Primeiramente, verifica-se que o DETRAN já adotou algumas providências visando ao atendimento dos achados de auditoria, principalmente naqueles que demandam ressarcimento de valores por ter havido pagamentos indevidos, relacionados aos seguintes assuntos: Adicionais de Insalubridade e Tempo de Serviço; Auxílio-Saúde; Conciliação do Adiantamento de Férias; Licença-Prêmio convertida em Pecúnia; e Abono de Permanência. Assim, resta, nada obstante, a conclusão de questões pontuais e complementares que merecem o devido acompanhamento pelo referido Órgão Controlador.

9. Quanto às falhas apontadas, relativamente ao adicional noturno, as justificativas apresentadas pelo DETRAN foram consideradas satisfatórias pelo Controle Interno.

Adicional de Insalubridade

10. O Controle Interno identificou diversos servidores percebendo o adicional de insalubridade no mês de competência fevereiro/2013. Em análise mais aprofundada identificou que alguns deles não faziam jus ao recebimento da parcela, uma vez que foram cedidos a outros órgãos do DF ou estavam lotados em Unidades não abrangidas pelo Laudo Pericial nº 75/2003 do Ministério do Trabalho e Emprego. Assim, recomendou à jurisdição que adotasse as providências pertinentes, quais sejam, providenciar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, suspender o pagamento aos servidores cujas lotações não estão amparadas no referido Laudo Pericial, bem como determinar a realização de inspeção pela Equipe de Segurança do Trabalho.

11. Quanto ao tema, cabe ressaltar que esse assunto foi analisado por este Tribunal no âmbito do Processo TCDF nº 14.758/2009 (Auditoria de Regularidade no DETRAN). Entre outros aspectos, determinou-se que o Departamento de Trânsito: individualizasse as concessões dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, fazendo constar nessa formalização a atividade exercida, identificada como insalubre ou perigosa, a data de ingresso nessas atividades, o percentual devido e a legislação aplicável, registrando, também nesse dossiê, a data em que o servidor deixar de exercer



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS –A.4



tais atividades; solicitasse à Delegacia Regional do Trabalho e Emprego no DF nova inspeção técnica para levantamento das condições de segurança de trabalho e insalubridades, pois o Laudo Pericial nº 75/2003, que embasa as concessões do adicional de insalubridade, em face das reestruturações físicas e administrativas ocorridas no DETRAN/DF, não mais corresponde à estrutura vigente (Decisões TCDF nºs 6881/09 e 2017/11).

12. Tais medidas estão sendo acompanhadas em novel auditoria em andamento nesta Corte de Contas (Processo nº 12.195/2014), tendo em conta o disposto no item II da referida Decisão TCDF nº 2017/2011.

Adicional de Tempo de Serviço

13. Na auditoria da rubrica Adicional de Tempo de Serviço - ATS, o Controle Interno identificou diversas situações em que as averbações de tempo de serviço apresentavam inconsistências, o que ocasionou pagamentos a maior aos servidores. Apontou, ainda, que as reduções de percentuais de ATS gerariam uma economia anual da ordem de R\$ 22.280,00. Solicitou informações à jurisdicionada, a qual se manifestou nos seguintes termos:

“[...] todos os casos em que houve recebimento indevido, já foi solicitado ao Núcleo de Registro Financeiro – Nurfi que adote as medidas necessárias ao ressarcimento. Os períodos averbados estão sendo revisados, porém, como se trata de número elevado de lançamentos, ainda não foi possível concluir os trabalhos. Toda a documentação referente à averbação de tempo já é arquivada nos assentamentos funcionais dos servidores[...]”

14. Diante das inconformidades encontradas - falhas ao cadastrar no SIGRH as averbações de tempo de serviço e averbações indevidas de tempo de serviço para fins de ATS -, a STC sugeriu à jurisdicionada, entre outras coisas, que: concluísse os processos de reposição ao erário das quantias recebidas indevidamente referentes às averbações irregulares de tempo de serviço e atualizasse os tempos de serviços averbados para fins de ATS, segundo as respectivas certidões, a fim de correlacionar os dias lançados no SIGRH com os dias efetivamente averbados com esse intuito, atentando para o item 3 da Resolução TCDF nº 124/2000.

Admissão

15. Em relação às admissões ocorridas no âmbito do DETRAN/DF foi constatada pela STC a ausência de tempestividade no atendimento das diligências encaminhadas à jurisdicionada pelo Controle Interno por meio do Sistema de Registro de Admissões e Concessões – SIRAC, bem como o cadastramento intempestivo, também neste sistema, das informações relativas a cada admissão. Diante destas impropriedades a STC solicitou informações à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



jurisdicionada, a qual se manifestou entre outras, no seguinte sentido:

Despacho do Núcleo de Registro Funcional

“A alimentação do Sirac está em fase final de regularização. Foi destacada uma servidora do Nuref para cuidar das demandas do sistema, porém, como se trata de número elevado de lançamentos, não foi possível finalizar os registros no prazo estipulado. Inicialmente existiam aproximadamente mais de 500 registros para serem efetuados, sendo que agora restam aproximadamente 150 para serem incluídos. A previsão de que o sistema seja operado conforme a Resolução nº 168/2004 é até a segunda quinzena do mês de outubro/2013.”

16. Diante das inconformidades encontradas, a STC sugeriu à jurisdicionada que: atendesse às diligências encaminhadas pelo Controle Interno por meio do SIRAC, tempestivamente, obedecendo à ordem cronológica de encaminhamento e encaminhasse as admissões ao Controle Interno dentro dos prazos estipulados pela Resolução nº 168/2004.

Desvio de Função

17. O Controle Interno realizou auditoria com objetivo de verificar se havia servidores desviados de função. Foi constatada a existência de servidores lotados em Unidades do Departamento de Trânsito cujas atividades não estariam relacionadas às atribuições definidas pelas leis que estruturam as carreiras de Policiamento e Fiscalização de Trânsito e Atividades de Trânsito. Solicitados esclarecimentos a respeito, a jurisdicionada informou, resumidamente, que: a questão das lotações desviadas persiste por ausência de um plano de carreira bem estruturado, bem como a ausência de um Regimento Interno atualizado; há sérios problemas de desvios de função entre os servidores da carreira Atividades de Trânsito; e que o referido assunto é questão de responsabilidade da Gestão. Assim, o Controle Interno recomendou que a jurisdicionada envide esforços no sentido de evitar o desvio de função no DETRAN/DF.

Acumulação de Cargos ou Empregos Públicos

18. O Controle Interno verificou a existência de acumulação de cargos ou empregos públicos por alguns servidores do DETRAN. Em Solicitação de Auditoria requereu esclarecimentos sobre a licitude das acumulações. A jurisdicionada informou que, para os casos relacionados na citada solicitação e que necessitam de averiguação, foram solicitadas informações a órgãos/entidades/empresas para que prestem esclarecimentos quanto à existência ou não do vínculo de acumulação. Informa, ainda, que após o recebimento das informações, encaminhará à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



Comissão Permanente de Acumulação de Cargos para que realize a análise. Conclui a STC, em sua recomendação, que cabe à jurisdicionada finalizar os processos administrativos de acumulação instaurados.

19. Por oportuno, convém acrescentar que tal matéria também está sendo analisada pela Corte de Contas no âmbito do Processo TCDF nº 23.435/2013, cujo objeto é a verificação da legalidade das acumulações de cargos dos servidores de diversos órgãos do Distrito Federal, dentre eles o DETRAN, bem como os procedimentos adotados pelas jurisdicionadas a fim de evitar situações em desconformidade com a legislação em vigor.

Auxílio-Creche

20. Na auditoria da rubrica “Auxílio-Creche”, o Controle Interno manifestou-se sobre a impossibilidade de analisar o cumprimento do inc. III do art. 7º do Decreto nº 16.409/1995, que trata sobre a vedação do pagamento de auxílio-creche acumulado com assistência em creche ou pré-escola pública oferecida ao dependente do servidor. Ao solicitar informações relativas à acumulação, qual seja, o envio de comprovante de matrícula pré-escolar referente à amostra de dependentes de servidores que originaram o recebimento do referido benefício, recebeu a seguinte resposta da jurisdicionada:

“Item 5.1.1 Informamos que todos os servidores listados por amostragem na Solicitação de Auditoria nº 05/2013-CONT/STC, e que deveriam apresentar a declaração de matrícula pré-escolar, foram comunicados, entretanto, apenas alguns se prontificaram a trazer o comprovante exigido. Os comprovantes recolhidos foram encaminhados à GERPES por meio do Memorando nº 114/NURFI, do dia 16 de setembro de 2013. Porém, ressaltamos que o Decreto nº 16.409/1995 não traz qualquer exigência expressa quanto à necessidade de apresentação de comprovante de matrícula em pré-escola, motivo pelo qual somente é exigido aos servidores o preenchimento do termo de opção pelo benefício, a certidão de nascimento (ou termo de guarda/tutela correspondente) e a declaração de que não há o recebimento de benefício em outro órgão/empresa. Desta forma, não há amparo legal para que possamos exigir dos servidores, que requisitarem ou já requisitaram o auxílio em tela, o comprovante de matrícula para a concessão do benefício. Por fim, incluímos no formulário de requerimento do auxílio creche a declaração expressa do servidor requerente de que seu dependente não está matriculado em nenhuma creche ou pré-escola pública ou que seja custeada pelo poder público”

21. Diante da controvérsia, cabe trazer à tona a legislação de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



regência para uma análise pontual.

22. A assistência pré-escolar dos servidores do Distrito Federal foi instituída pela Lei nº 792/94, e regulamentada pelo Decreto nº 16.409, de 05.04.1995, o qual veda a percepção de mais de um benefício a esse título, conforme demonstrado abaixo:

Lei nº 792/94:

Art. 1º Fica instituído o Benefício Auxílio Creche e Pré-escola, destinado à assistência aos dependentes dos servidores civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

(...)

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará, no prazo de 30 (trinta) dias, a concessão do benefício de que trata esta Lei.

Decreto nº 16.409, de 05.04.1995:

Art. 7º - O benefício de que trata este decreto não será concedido.

I- cumulativamente ao servidor que exerça mais de um cargo na Administração Pública;

II - simultaneamente ao servidor e cônjuge, ou companheiro(a);

III - cumulativamente ao servidor que tenha o dependente assistido em creche ou pré-escola pública ou mantidos pelo poder público.

Parágrafo único – na hipótese de divórcio ou separação judicial, o benefício será concedido ao servidor que mantiver a criança sob sua guarda.

23. No caso de acúmulo de cargos com a área federal, salienta-se ao Controle Interno e ao DETRAN que o procedimento é similar, uma vez que a concessão da assistência pré-escolar encontra-se disciplinada pelo Decreto nº 977, de 10/09/1993, e pela Instrução Normativa SAF/PR nº 12, de 23/12/1993, que estabelecem, entre outros aspectos, a concessão única desse benefício, verbis:

Decreto nº 977, de 10/09/1993:

Art. 5º O benefício de que trata este decreto não será:

I - percebido cumulativamente pelo servidor que exerça mais de um cargo em regime de acumulação;

II - deferido simultaneamente ao servidor e cônjuge, ou companheiro(a).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



Instrução Normativa SAF/PR nº 12, de 23.12.1993:

10 - Quando os cônjuges forem servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o benefício de que trata a presente IN será concedido somente a um deles.

10.1 - Tratando-se de pais separados, o benefício será concedido ao que deter a guarda legal dos dependentes.

11 - O servidor que acumula cargos e empregos na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional fará jus ao benefício de que trata esta IN somente em relação ao vínculo mais antigo.

24. Conclui-se, à luz das normas disciplinadoras da matéria que, tanto na esfera federal quanto na distrital impõem-se limites à percepção cumulativa da assistência pré-escolar (Auxílio Creche). Dessa forma, da inteligência do inc. III do art. 7º do Decreto nº 16.409/95, deveria o Controle Interno solicitar à jurisdicionada a declaração ou comprovante de que o dependente não está matriculado em creche/pré-escola mantida pelo Poder Público.

25. Ainda sobre o tema, e também com o objetivo de verificar o pagamento em duplicidade do auxílio-creche aos servidores do DETRAN, foi confrontado, no âmbito do Processo TCDF nº 12.195/2014 (Auditoria de Regularidade em andamento no DETRAN/DF), os dados dos servidores do DETRAN/DF constantes do SIGRH que perceberam a parcela assistência pré-escolar no mês de abril/2014 (150 servidores), e não se verificou pagamento em duplicidade na citada rubrica entre aqueles que acumulam cargos públicos.

Auxílio-Saúde

26. O Controle Interno constatou irregularidades no pagamento do auxílio-saúde aos servidores do DETRAN, uma vez que, ao acumularem cargo público na Secretaria de Educação, também percebiam benefício da mesma espécie, caracterizando pagamento em duplicidade.

27. Alegou a STC que esse pagamento vai de encontro ao prescrito no artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 4.862/2012, in verbis:

Lei nº 4.862/2012:

Art. 2º Fica criado, em caráter transitório, no valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), a partir de 1º de junho de 2012, o benefício auxílio-saúde, destinado aos servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal ativos, inativos e pensionistas, bem como aos professores contratados



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4

Fls.:

Proc.: 8.674/14

Rubrica

temporariamente que se encontrem em efetivo exercício.

Parágrafo único: O auxílio-saúde não pode ser acumulado com outro benefício da mesma espécie.

28. No mês de referência 05/2013, foi verificado que 7 (sete) servidores percebiam em duplicidade o referido auxílio. A jurisdição, ao tomar conhecimento da situação, manifestou-se da seguinte forma: “Ressaltamos que os servidores identificados com pagamento em duplicidade do Auxílio Saúde serão devidamente comunicados quanto à regularização do pagamento do benefício em tela, abrindo-se oportunidade para ampla defesa.”

29. Nada obstante, ao verificarmos as providências implementadas pelo DETRAN no sistema SIGRH visando atender a demanda do Controle Interno, qual seja, a regularização dos pagamentos do benefício, constatou-se que, no mês de referência julho/2014, 15 (quinze) servidores estão percebendo o auxílio-saúde em duplicidade, dentre eles, os 7 (sete) já apontados, conforme abaixo:

Pagamento de Auxílio-Saúde em Duplicidade - DETRAN / Secretaria de Educação

MATRICULA	CPF	NOME	PROV/DESC	VALOR	VERSAO	EMPRESA	MÊS REFERENCIA	ANO REFERENCIA
00650161	04660455149	AREOMILSON SILVA	1942	1319,24	3	230	7	2014
00602949	04660455149	AREOMILSON SILVA	1942	200,00	1	652	7	2014
03001342	64559840130	CARLOS ALEXANDRE ALVES SIQUEIRA	1942	200,00	1	652	7	2014
0066961X	64559840130	CARLOS ALEXANDRE ALVES SIQUEIRA	1942	403,68	1	230	7	2014
0203316X	55329381134	FRANCINALTO LACERDA DE OLIVEIRA	1942	200,00	1	652	7	2014
00670413	55329381134	FRANCINALTO LACERDA DE OLIVEIRA	1942	568,73	1	230	7	2014
00233714	31372414134	FRANCISCO AUGUSTO RODRIGUES DE MATTOS	1942	200,00	1	652	7	2014
00670162	31372414134	FRANCISCO AUGUSTO RODRIGUES DE MATTOS	1942	700,20	1	230	7	2014
0300841X	82824410159	GILMARA MARIA DE SOUZA NEVES DIAS	1942	200,00	1	652	7	2014
00691887	82824410159	GILMARA MARIA DE SOUZA NEVES DIAS	1942	165,05	1	230	7	2014
00388726	61955450153	JEAN CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA COSTA	1942	200,00	1	652	7	2014
02502690	61955450153	JEAN CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA COSTA	1942	568,73	1	230	7	2014
00668825	02939754187	JOEL RODRIGUES	1942	200,00	1	652	7	2014
0000104X	02939754187	JOEL RODRIGUES	1942	1319,24	3	230	7	2014
00272205	51649292104	JOSE SIDNEY DA SILVA	1942	200,00	1	652	7	2014
00669830	51649292104	JOSE SIDNEY DA SILVA	1942	673,03	1	230	7	2014
00388718	39292630172	JOSINALDO LUIS DE SOUSA	1942	200,00	1	652	7	2014
00671770	39292630172	JOSINALDO LUIS DE SOUSA	1942	649,65	1	230	7	2014
02061554	61774494191	MARCOS AURELIO LUIZ REZENDE	1942	200,00	1	652	7	2014
0067060X	61774494191	MARCOS AURELIO LUIZ REZENDE	1942	435,41	1	230	7	2014
0065129X	34428828187	MIRIAM ANTONIA DE MATOS	1942	200,00	1	652	7	2014
00665894	34428828187	MIRIAM ANTONIA DE MATOS	1942	593,04	1	230	7	2014
00487562	60244483787	NUBIA RUFINO DE OLIVEIRA	1942	200,00	1	652	7	2014
02502712	60244483787	NUBIA RUFINO DE OLIVEIRA	1942	620,48	1	230	7	2014
02504219	68354369153	ULISSES DOS SANTOS CANSANCAO	1942	165,05	1	230	7	2014
02278898	68354369153	ULISSES DOS SANTOS CANSANCAO	1942	200,00	1	652	7	2014
02506025	70916454134	WELLINGTON MORAIS PAULINO	1942	330,10	1	230	7	2014
02305143	70916454134	WELLINGTON MORAIS PAULINO	1942	200,00	1	652	7	2014
00663220	51605856134	ZELIA FERREIRA DE OLIVEIRA RITA	1942	200,00	1	652	7	2014
01822969	51605856134	ZELIA FERREIRA DE OLIVEIRA RITA	1942	403,68	1	230	7	2014

30. Em relação aos servidores listados acima, verificou-se que todos receberam pagamento em duplicidade do citado benefício no período que abarca junho de 2012 a junho de 2014, com exceção de: Areomilson Silva e Francisco A. Rodrigues de Mattos que perceberam de fevereiro/13 a junho/14 e de julho/12 a junho/14, respectivamente; e Nubia Rufino de Oliveira, Ulisses dos Santos Cansanção e Wellington Moraes Paulino que passaram a acumular somente no mês de julho/2014. Tais informações encontram-se no relatório emitido no SigrhWeb e ajustado no Excel (fls. 91/92), que demonstra todos os valores percebidos por eles nesta rubrica, em ambos os vínculos e no mesmo período, ou seja, em duplicidade.

31. Diante da situação ora em comento e da impossibilidade do pagamento do Auxílio-Saúde em duplicidade aos servidores que



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4

Fls.:

Proc.: 8.674/14

Rubrica

acumulam cargo na Secretaria de Educação, deverá a jurisdição convocar os servidores relacionados acima para que façam a opção pelo benefício em apenas um dos vínculos. Caso optem pelo benefício do DETRAN, o fato deve ser comunicado à Secretaria de Estado de Educação para que esta adote as providências de sua alçada, qual seja, o cancelamento do benefício e a abertura de procedimento administrativo, com a consequente devolução dos valores percebidos em duplicidade (fls. 91/92), haja vista o disposto no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.862/2012. Caso optem pelo benefício da SEDF, o DETRAN deve proceder ao cancelamento do benefício pago e adotar as devidas providências quanto à devolução ao erário dos valores percebidos indevidamente a esse título, conforme preceituam os arts. 112, parágrafo único, e 119 da Lei Complementar nº 840/11, sem prejuízo de garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Auxílio-Alimentação

32. A Secretaria de Transparência e Controle também constatou irregularidades no pagamento do auxílio-alimentação aos servidores do DETRAN, uma vez que, ao acumularem cargo público, percebiam o benefício da mesma espécie, caracterizando pagamento em duplicidade.

33. O auxílio-alimentação dos servidores do Distrito Federal foi instituído pela Lei nº 786/94, mantido pela Lei Complementar nº 840/2011 e regulamentado pelo Decreto nº 33.878/12. A LC nº 840/11 veda a percepção de mais de um benefício a esse título, conforme demonstrado abaixo:

Lei Complementar nº 840/2011:

Art. 112. O auxílio-alimentação sujeita-se aos seguintes critérios:

II – não pode ser acumulado com outro benefício da mesma espécie, ainda que pago in natura;

III – depende de requerimento do servidor interessado, no qual declare não receber o mesmo benefício em outro órgão ou entidade;

34. O mesmo entendimento é encontrado no art. 3º do Decreto nº 33.878/12, que regulamentou a matéria, conforme abaixo:

Art. 3º O auxílio-alimentação é inacumulável com qualquer outro auxílio da mesma espécie ou de espécie semelhante, tais como auxílio cesta básica, fornecimento de alimentação.

(...)

Art. 5º Para se habilitar a receber o auxílio-alimentação, o servidor deverá preencher formulário próprio de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS –A.4

Fls.:

Proc.: 8.674/14

Rubrica

cadastramento e, se for o caso, apresentar declaração, fornecida pelo órgão com quem detém outro vínculo, informando que não há percepção de benefício de mesma natureza, em caso de requisição ou de acumulação de dois cargos.

35. Ademais, o art. 1º da Portaria n.º 72, de 1º de novembro de 2000, da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa – SGA dispõe que a concessão do auxílio-alimentação se dará mediante prévia assinatura de Termo de Opção, conforme modelo fixado no Anexo I dessa norma, assim expresso: “Desejo receber o Auxílio Alimentação por não perceber idêntico benefício em outro órgão público”.

36. Na área federal, a concessão do auxílio-alimentação encontra-se disciplinada pelo artigo 22 da Lei nº 8.460/92, com redação dada pela Lei nº 9.527/97, que estabelece, entre outros aspectos, a concessão única desse benefício, verbis:

Art. 22. O Poder Executivo disporá sobre a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia trabalhado, aos servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 1997)

§ 1º A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

§ 2º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma da Constituição fará jus a percepção de um único auxílio-alimentação, mediante opção. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

(...)

§ 5º O auxílio-alimentação é inacumulável com outros de espécie semelhante, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

37. Atendendo à legislação de regência e o disposto no item 9.4.1 do Acórdão nº 737/2005 do TCU-Plenário, o MPOG elaborou a Orientação Normativa nº 5, de 8 de agosto de 2005, que trata da percepção do auxílio-alimentação por servidor federal, na hipótese de acumulação de cargos ou empregos públicos, nos moldes insculpidos na Constituição Federal, assim dispondo:

Art. 1º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma da Constituição fará jus à percepção de apenas um auxílio-alimentação, mediante opção.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS –A.4

Fls.:

Proc.: 8.674/14

Rubrica

Parágrafo único. Até que sejam efetuadas as adequações necessárias no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, com vistas à parametrização dos pagamentos, recomendamos aos órgãos e entidades que analisem eventuais casos de duplicidade de concessão para fins de suspensão dos pagamentos indevidos.

Art. 2º Os valores recebidos em duplicidade a este título, devem ser ressarcidos aos cofres públicos na forma do disposto no art. 46 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

38. Conclui-se, à luz das normas disciplinadoras da matéria que, tanto na esfera federal quanto na distrital, impõem-se limites à percepção cumulativa do auxílio-alimentação.

39. No mês de referência 06/2013, foi verificado que 4 (quatro) servidores percebiam em duplicidade o referido auxílio. A jurisdicionada, ao tomar conhecimento da situação, manifestou-se da seguinte forma: “Os servidores apontados no relatório serão comunicados quanto ao recebimento em duplicidade, oportunidade em que lhes serão garantidas a ampla defesa e o contraditório. Confirmadas as irregularidades, os servidores serão cientificados quanto à devolução dos valores recebidos indevidamente em função da acumulação ilegal dos benefícios.”

40. De fato, ao verificarmos as providências implementadas pelo DETRAN visando atender a demanda do Controle Interno, qual seja, a regularização dos pagamentos do benefício, constatou-se que, no mês de referência abril/2014, apenas 2 (dois) servidores perceberam em duplicidade o benefício, sendo no segundo vínculo 1 (um) pago pelo TCDF (não identificado anteriormente pela STC) e 1 (um) pela Fundação Universidade de Brasília (já identificado – Antônia Marilene da Silva).

41. Em relação à servidora Antônia Marilene da Silva, cabe ao DETRAN convocar a servidora para que faça a opção pelo benefício nesta autarquia ou na FUB, com a consequente restituição dos valores percebidos indevidamente. Mesma providência deve ser aplicada ao servidor Gilmar Pereira de Arruda, não identificado à época pela STC. Ambos os casos, no entanto, serão acompanhados no âmbito do Processo TCDF nº 12.195/2014 (Auditoria de Regularidade em andamento no DETRAN/DF).

Conciliação do adiantamento de férias

42. Outro ponto da auditoria realizada pelo Controle Interno foi a verificação do controle feito sobre os adiantamentos de férias dos servidores do DETRAN. Foram constatadas irregularidades no reembolso do adiantamento. Solicitados esclarecimentos a respeito, a jurisdicionada informou, resumidamente, que os erros aconteceram em virtude: da aposentadoria da servidora ocorrer



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4

Fls.:

Proc.: 8.674/14

Rubrica

anteriormente à restituição; do retorno do servidor requisitado ao órgão de origem anteriormente à restituição; da ausência de lançamento das férias do servidor no sistema. Informou também que está adotando providências para a restituição dos valores adiantados e que não foram reembolsados. O Controle Interno, ainda, recomendou que a jurisdicionada estenda a verificação do saldo de adiantamento de remuneração de férias aos casos que não constaram da amostra utilizada pela auditoria.

Pagamento de Licença-Prêmio em pecúnia

43. O Controle Interno incluiu na auditoria a verificação da regularidade da conversão de licença-prêmio em pecúnia. Foram constatados dois casos com irregularidades no pagamento da Licença-Prêmio convertida em pecúnia, sendo, no primeiro caso, a licença utilizada para fins de aposentadoria e, no segundo, utilizada para fins de concessão de abono de permanência. Solicitados esclarecimentos a respeito, a jurisdicionada informou que: em relação ao primeiro caso, o valor recebido a maior já foi restituído; quanto ao segundo, a servidora seria convocada para tomar ciência e restituir o valor recebido indevidamente. Informou, ainda, que seria efetuada a “conferência de todas as solicitações que geraram pagamento em pecúnia no ano de 2012”. Assim, o Controle Interno recomendou à jurisdicionada que aprimore o formulário de abono de permanência para constar de forma explícita a utilização ou não da licença-prêmio para esse fim, bem como estabeleça rotina de controle para a concessão dessa parcela, verificando se ela foi utilizada para qualquer outro fim.

Abono de Permanência

44. Mais um ponto da auditoria realizada pela STC foi verificar se a concessão do abono de permanência está em conformidade com a legislação de regência. Foram constatadas as seguintes irregularidades: cômputo indevido de tempo não usufruído de licença-prêmio; erro no cálculo da contagem da data em que o servidor teria direito ao citado abono. Solicitados esclarecimentos a respeito, a jurisdicionada informou que convocará os servidores para providenciar o ressarcimento ao erário dos valores indevidamente pagos a título de abono de permanência. Assim, o Controle Interno recomendou à jurisdicionada, entre outras coisas, que adote como forma de auxílio à composição do cálculo e fundamento legal da instrução dos processos de concessão de abono de permanência a consulta aos sítios do Tribunal de Contas do DF e da Controladoria Geral da União.

Inclusão de dados na Folha de Pagamento

45. O Controle Interno no curso da auditoria verificou ainda se havia controles na inclusão de dados na folha de pagamento. Foi constatada a existência de falhas nos controles internos de concessão, cadastramento e exclusão de vantagens na folha de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4

Fls.:

Proc.: 8.674/14

Rubrica

pagamento. Da resposta da jurisdicionada, percebe-se que os problemas encontrados, resumidamente, foram em virtude de: acúmulo de trabalho, inexistência de rodízio na distribuição de tarefas, insuficiência de servidores, ausência de reuniões periódicas para discutir as atualizações da legislação e falta de programa anual de treinamento. Assim, o Controle Interno recomendou à jurisdicionada que crie programa anual de capacitação de servidores envolvidos com as atividades da folha de pagamento, bem como promova o rodízio de tarefas entre os servidores envolvidos com as atribuições de revisão e controle dos registros e exclusões de vantagens na folha de pagamento.

Ficha Limpa

46. Quanto ao ponto de auditoria “Ficha Limpa”, a STC verificou se os servidores investidos em cargos comissionados e funções de confiança encontravam-se na situação de elegibilidade prevista na legislação eleitoral. Foram constatadas falhas nos controles prévios relativos às exigências do Decreto nº 33.564/2012, com relação aos requisitos para a posse e exercício de cargos comissionados e funções de confiança. Solicitados esclarecimentos a respeito, percebe-se que, das falhas apontadas, somente persistem as relativas aos servidores de matrículas nºs 993-8, 876-1 e 1256-4, a seguir relatadas.

47. Quanto ao servidor de matrícula nº 993-8, a jurisdicionada alega a faculdade da apresentação da Certidão de ações cíveis, tendo em conta que o servidor foi exonerado e nomeado na mesma data para outro cargo e, nesses casos, a Certidão pode ser dispensada, conforme Circular nº 009/2012 – GAB/SEAP. Já a STC, informa que “Apesar da Circular nº 009/2012 – GAB/SEAP, entendemos que o entendimento ali descrito não cabe para os servidores que tomaram posse após a vigência do Decreto nº 33.564, de 09 de março de 2012. Nesse sentido, poderia ocorrer a dispensa de novas certidões se a posse anterior tivesse seguido as exigências do art. 3º do Decreto nº 33.564/2012”. De fato, assiste razão ao Controle Interno, tendo em conta que o servidor deixou de apresentar as certidões em sua primeira nomeação, uma vez que não havia a exigência do Decreto nº 33.564/2012, e, posteriormente, ao ser exonerado e nomeado durante a vigência do Decreto nº 33.564/2012, fica clara a obrigatoriedade do cumprimento do art. 3º do retromencionado Decreto.

48. Em relação aos servidores de matrículas nºs 876-1 e 1256-4, a jurisdicionada informa que, após consulta à Procuradoria Jurídica do DETRAN, deixou de acostar as certidões necessárias tendo em conta o disposto no Despacho nº 61/Projur, que concluiu pela inexistência de óbice à posse dos interessados. Alega a STC que as dúvidas devem ser dirimidas pelo comitê específico instituído pelo art. 5º do Decreto nº 33.564/2012. Dessa forma, a jurisdicionada informa que será atendida a recomendação de enviar



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



os dois casos apresentados ao Comitê Ficha Limpa para apreciação.

49. Diante do exposto, o Controle Interno recomendou à jurisdicionada, entre outros pontos, que regularize a situação do servidor de matrícula nº 993-8 de forma a fazer constar as certidões exigidas no art. 3º do Decreto nº 33.564/2012, bem assim, instrua as pastas funcionais dos servidores de matrículas nºs 876-1 e 1256-4 com o parecer emitido após consulta ao Comitê Ficha Limpa.

50. Por último, ressalta-se que o tema “Ampliação de Carga Horária” levantada pela equipe de auditoria não foi abordada pelo DETRAN/DF em sua resposta, o que requer acompanhamento do futuro cumprimento das recomendações do Relatório de Auditoria nº 03/2013, às fls. 45/87.”

6. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

“I. tomar ciência das impropriedades encontradas pela STC na auditoria de que trata o Processo GDF nº 0480-000146/2013, e das providências que estão sendo adotadas pelo DETRAN/DF;

II. determinar à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF que dê continuidade no acompanhamento das providências que estão pendentes, relacionadas aos seguintes assuntos: Adicional de Tempo de Serviço; Desvio de Função; Acumulação de Cargos ou Empregos Públicos; Auxílio-Alimentação; Conciliação do Adiantamento de Férias; Pagamento de Licença-Prêmio em Pecúnia; Abono de Permanência; e Ficha Limpa; bem assim sobre o tema “Ampliação de Carga Horária”, dando ciência ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, sobre a efetiva implementação das medidas noticiadas pela autarquia auditada;

III. determinar ao DETRAN/DF, encaminhando-lhe cópia da instrução e da decisão que vier a ser proferida, que:

a) em relação às admissões de servidores, promover, tempestivamente, os registros no SIRAC, observando ainda os prazos fixados na Resolução TCDF nº 168/2004 para encaminhamento dos atos respectivos ao Controle Interno e para atendimento das diligências eventualmente baixadas pela STC;

b) exija dos servidores, para a concessão do Auxílio-Creche, os comprovantes de que o dependente não está matriculado em creche/pré-escola mantida pelo Poder Público, conforme art. 7º, inciso III, do Decreto nº 16.409/1995;

c) em relação ao Auxílio-Saúde, convoque os servidores identificados fl. 100 para que façam a opção pelo benefício em apenas um dos vínculos. Caso optem pelo benefício do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4

Fls.:

Proc.: 8.674/14

Rubrica

DETRAN, comunique o fato à Secretaria de Estado de Educação para que esta adote as providências de sua alçada, qual seja, o cancelamento do benefício e a abertura de procedimento administrativo, com a consequente devolução dos valores percebidos em duplicidade, conforme apontado na tabela de fls. 91/92, haja vista o disposto no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.862/2012. Caso optem pelo benefício na SEDF, proceda ao cancelamento do benefício pago pelo DETRAN e adote as devidas providências quanto à devolução ao erário dos valores percebidos indevidamente a esse título, conforme preceituam os arts. 112, parágrafo único, e 119 da Lei Complementar nº 840/11, sem prejuízo de garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa;

d) dê ciência ao Tribunal, em 90 (noventa) dias, das providências adotadas em relação ao disposto na alínea “c”, anterior.

IV. autorizar:

a) a devolução do apenso à origem, com cópia do documento de fls. 91/92 e da decisão que vier a ser adotada;

b) a remessa à Secretaria de Estado de Educação das peças de fls. 91/92 para que, em conjunto com o DETRAN/DF, e observado o devido processo legal, regularize o pagamento da parcela Auxílio-Saúde, atualmente paga em duplicidade, bem assim providencie o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente, dando ciência ao Tribunal no prazo de 90 (noventa) dias;

c) o retorno dos autos a esta Secretaria para as providências subsequentes.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

7. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 878/14 (fls. 111/122), da lavra do Procurador MARCOS FELIPE LIMA PEREIRA, aquiesce a proposta da Unidade Técnica, com acréscimo. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

“7. Após este breve introito, passo à análise do feito.

*8. Na forma que salientou a Unidade Técnica, a apreciação da matéria objeto da auditoria realizada no DETRAN/DF não é nova no âmbito deste **Parquet** especializado e tampouco desta c. **Corte de Contas**, haja vista que, para alguns temas, já existem processos*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



instaurados nesta Casa.

9. *Insta consignar que a análise realizada como parâmetro para delimitar o trabalho do Controle Interno se restringiu em apurar se os procedimentos de regência estavam sendo executados adequadamente pela área de pessoal do DETRAN/DF.*

10. O Corpo Instrutivo, de antemão, ressaltou que a jurisdicionada já havia iniciado a adoção de medidas corretivas, bem como de **ressarcimento dos valores pagos indevidamente** nos quesitos relativos: (i) ao Adicional de Insalubridade; (ii) ao Adicional por Tempo de Serviço; (iii) ao Auxílio-Saúde; (iv) à Conciliação do Adiantamento de Férias; (v) à Licença-Prêmio em Pecúnia; e (vi) ao Abono de Permanência (fl. 94). Entretanto, por ainda estarem **pendentes de conclusão**, alinho-me ao entendimento de que **o Controle Interno deve manter o acompanhamento até o seu efetivo deslinde.**

11. Quanto à necessidade de **ressarcimento ao Erário**, vale lembrar que o c. **Superior Tribunal de Justiça**¹ julgou, em sede de recursos repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil), que, para que não haja a obrigação de se devolver valores indevidamente recebidos dos Cofres Públicos, deve haver a **boa-fé** do beneficiário e a **errônea interpretação** da Lei pela Administração, **embora razoável.**

12. Nesse contexto, o e. **Supremo Tribunal Federal**, em v. Acórdão paradigmático, em julgamento plenário unânime, entendeu que, para que não haja a reposição ao Erário, os seguintes requisitos devem ser cumpridos concomitantemente: i) **boa-fé** do beneficiário; ii) **ausência por parte do beneficiário de influência ou interferência** para a concessão da vantagem impugnada; iii) existência de **dúvida plausível** sobre a interpretação da norma pela Administração; e iv) **interpretação razoável**, conquanto equivocada, da norma.

13. A propósito, os termos da ementa do v. Acórdão:

“MANDADO DE SEGURANÇA. MORTE DE UM DOS IMPETRANTES. IMPOSSIBILIDADE DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS, FACULTADO O USO DAS VIAS ORDINÁRIAS. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. TOMADA DE CONTAS PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. LEI N. 8.443/92. NORMA ESPECIAL EM RELAÇÃO À LEI N. 9.784/99. DECADÊNCIA, INOCORRÊNCIA. IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS DE MORA DECORRENTES DE ATRASO NO PAGAMENTO DE VENCIMENTOS. DEVOLUÇÃO DE VALORES QUE, RETIDOS NA FONTE INDEVIDAMENTE PELA UNIDADE PAGADORA, FORAM RESTITUÍDOS PELA MESMA NO MÊS SEGUINTE. DÚVIDA QUANTO À INTERPRETAÇÃO

¹ REsp nº 1.244.182/PB, Primeira Seção, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 19/10/2012.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



DOS PRECEITOS ATINENTES À MATÉRIA. SEGURANÇA CONCEDIDA.

(...)

3. A reposição, ao erário, dos valores percebidos pelos servidores torna-se desnecessária, nos termos do ato impugnado, quando concomitantes os seguintes requisitos: 'i] presença de boa-fé do servidor; ii] ausência, por parte do servidor, de influência ou interferência para a concessão da vantagem impugnada; iii] existência de dúvida plausível sobre a interpretação, validade ou incidência da norma infringida, no momento da edição do ato que autorizou o pagamento da vantagem impugnada; iv] interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração.' (...)"

(MS 25.641/DF, **Tribunal Pleno**, Rel. Min. **Eros Grau**, DJe de 21/2/2008).

14. No mesmo sentido, destaco o enunciado sumular nº 79² deste c. **TCDF**, que, após a realização de estudos especiais no Processo nº 34.771/2013, foi mantido pelo c. **Plenário**. Transcrevo, portanto, o que restou decidido na Sessão Ordinária nº 4.075, de 24/7/2014:

"1) conhecer do estudo elaborado no âmbito da SEFIPE;

2) preservar o posicionamento adotado no item III, a.1, da Decisão nº 6.806/07, qual seja: **'a simples constatação da boa-fé e de o beneficiário do erro não haver contribuído para a sua ocorrência, por si sós, não justificam a dispensa da restituição dos valores indevidamente recebidos, para não caracterizar o enriquecimento sem causa à custa do erário'**;

3) **manter o entendimento estampado no Enunciado nº 79 das Súmulas da Jurisprudência desta Casa**, que foi corroborado pelo art. 120 da Lei nº 840/11;

4) deliberar no sentido de que a aplicação dos normativos citados no item III, no tocante à eventual necessidade de ressarcimento, exige exame detalhado da situação fática, ou seja, cada caso merece sua pertinente apreciação;

5) determinar à Sefipe que, em autos apartados, realize estudos acerca do tema necessidade ou não de ressarcimento de quantias indevidamente percebidas por força de decisão judicial posteriormente cassada/reformada;

² "Nos casos de valores pagos a maior, se a impugnação nada disser sobre o seu ressarcimento, a causa da ilegalidade deverá ser avaliada pela Administração, dispensando-se a restituição do indébito na hipótese de falha na interpretação da norma legal de regência, salvo se houver erro crasso de procedimento."



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



6) autorizar o arquivamento do processo.”

15. Observa-se que a r. Decisão supra se aproximou mais ainda da sedimentada jurisprudência do c. **STF** a respeito da necessidade de devolução de valores indevidamente pagos a servidores/beneficiários, **não bastando a existência de boa-fé e de não contribuição para a sua ocorrência.**

16. Esse entendimento, portanto, **deve ser seguido pela jurisdicionada** para a promoção do ressarcimento ao Erário nas hipóteses trazidas neste documento opinativo.

17. No tocante ao **adicional noturno**, a Área Técnica informou que as justificativas adotadas pelo DETRAN/DF foram consideradas adequadas pelo Controle Interno.

18. Quanto ao **Adicional de Insalubridade**, por sua vez, em que pese tenha a jurisdicionada relatado a adoção de medidas para “providenciar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, e suspender o pagamento aos servidores cujas lotações não estão amparadas no referido Laudo Pericial” (fl. 95), vale destacar a necessidade de realização de nova inspeção técnica pela Delegacia Regional do Trabalho e Emprego/DF, a fim de ser feito levantamento das condições de segurança do trabalho e insalubridade. Isso porque, em razão de reestruturações físicas na jurisdicionada, o laudo nº 75/2003 pode não estar representando a realidade atual. Importante consignar que, caso defasado, o laudo poderá estar servindo de base para pagamentos equivocados de adicionais de insalubridade, o que, consequentemente, ensejará o ressarcimento ao Erário.

19. Por ser o laudo que ainda está em vigor, o DETRAN/DF somente poderá pagar o referido adicional aos servidores que estejam lotados nas unidades por ele abrangidas, sob pena de, em caso contrário, promover enriquecimento sem causa daquele que indevidamente perceber tal valor. **A matéria, no entendimento Ministerial, deverá continuar sendo acompanhada pela STC**, de modo que na sugestão contida no parágrafo 51, item II, do documento de fls. 93/107 **seja incluído o assunto Adicional de Insalubridade.**

20. No que tange ao **Adicional de Tempo de Serviço**, a Unidade Técnica informou que o DETRAN/DF já solicitou o ressarcimento do valor pago indevidamente a alguns servidores, assim como está realizando a inserção das informações corretas no SIGRH, para que estas sejam fidedignas com os dias efetivamente averbados. Frisou, também, a necessidade de ser levada a cabo a adoção dessas medidas e a observância às determinações contidas no item 3 da Resolução nº 124/2000 deste e. **Tribunal**. Nesse sentido, entendo que não há reparos a serem realizados.

21. No que se refere à **admissão**, apontou o Relatório de Auditoria



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4

Fls.:

Proc.: 8.674/14

Rubrica

que a jurisdicionada não vem cumprindo os prazos estabelecidos na Resolução nº 168/2004-TCDF, para cadastro no SIRAC das informações relativas a cada admissão e o envio destas ao Controle Interno, bem como os prazos de atendimento das diligências determinadas pelo órgão, quando detectadas irregularidades nos atos de admissão de pessoal.

22. Em resposta, o DETRAN/DF afirmou que havia destacado uma servidora para regularizar a situação, **contudo sem informação se de fato houve a conclusão dos trabalhos pendentes.**

23. A STC entendeu, nesse primeiro momento, satisfatório o fato de a jurisdicionada estar regularizando a inserção das informações no SIRAC, no que foi acompanhado pela Unidade Técnica deste c. **TCDF.**

24. Novamente este **MPC/DF** acompanha o entendimento do Corpo Instrutivo, mas **com o adendo de que seja fixado pelo c. Plenário prazo para o cadastramento das informações relativas às admissões ainda pendentes.**

25. Em relação ao **desvio de função**, este **Parquet** especializado entende premente as determinações do Corpo Técnico quanto à necessidade de que os servidores voltem a desempenhar suas reais funções. Sem embargo, cumpre salientar que, a teor da sedimentada jurisprudência do c. **Superior Tribunal de Justiça**, o desvio de função, além de **ilegal**, possibilita o ajuizamento de demandas em desfavor da Administração, a fim de se evitar o locupletamento ilícito do Poder Público, porquanto o servidor faz jus ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da atividade desenvolvida.³

26. Nesse sentido, cito o v. acórdão prolatado pelo c. **STJ**, que reafirma o entendimento do e. **Pretório Excelso**:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DESVIO DE FUNÇÃO. DIREITO AO RECEBIMENTO DA DIFERENÇA REMUNERATÓRIA, SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DA ADMINISTRAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

- Não destoa da jurisprudência do STF o entendimento do STJ de que, uma vez reconhecido o desvio de função, o servidor público faz jus às diferenças salariais dele decorrentes, sob pena de se locupletar indevidamente a Administração. Precedentes.

- Agravo regimental desprovido.”

³ Súmula nº 378/STJ: “Reconhecido o *desvio* de função, o servidor faz jus às diferenças salariais decorrentes”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS –A.4



(AgRg no REsp nº 1.081.484/RS, **Sexta Turma**, Rel.^a Min.^a **Marilza Maynard** - Desembargadora Convocada do TJ/SE, DJe de 14/4/2014).

27. Acerca da **acumulação de cargos ou empregos públicos**, a jurisdicionada informou que a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos – CPAC já estava analisando os casos detectados, bem como aqueles reportados pela STC. Contudo, por excesso de trabalho, não havia sido finalizada tal apuração.

28. Vale mencionar que o art. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988 estabelece ser vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver **compatibilidade de horários**, nas seguintes hipóteses: i) **dois cargos de professor**; ii) **um cargo de professor com outro técnico ou científico**; ou iii) **dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde**, com profissões regulamentadas.

29. Consoante o quadro elaborado no Relatório de Auditoria (fls. 60-v/62-v), algumas acumulações não obedeceram as exceções previstas no art. 37, XVI, **b** e **c**, da Constituição Federal, o que enseja uma **atuação mais tempestiva** do DETRAN/DF para coibir tais situações.

30. O **cargo técnico ou científico**, por exigir conhecimento específico para o desempenho da função, em consonância com o entendimento do e. **STJ**⁴ e do c. **TJDFT**⁵, **somente** pode ser acumulado com outro cargo de Professor e desde que haja compatibilidade de horários. É bem verdade que a Lei Complementar nº 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, estabelece, em seu art. 46, § 1º, que se **presume como cargo de natureza técnica ou científica qualquer cargo público para o qual se exija educação superior**.

31. Entretanto, existem na tabela 8 do Relatório de Auditoria hipóteses em que há acumulações de cargos do DETRAN/DF com o de Técnico de Apoio em Pesquisa e Desenvolvimento e com o de Auxiliar de Escritório, as quais, aparentemente, **conflitam com o preceito contido no art. 37, XVI, da Lei Maior**.

32. Com efeito, este **Parquet** entende correta a conclusão

⁴ RMS 23.131/BA, **Sexta Turma**, Rel.^a Min.^a **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 9/12/2008.

⁵ 20120111943033APC, **Primeira Turma Cível**, Rel.^a Des.^a **Simone Lucindo**, DJe de 18/11/2013.

⁶ “**Art. 46.** É proibida a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, para:

I – dois cargos de professor;

II – um cargo de professor com outro técnico ou científico;

III – dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

§ 1º Presume-se como cargo de natureza técnica ou científica, para os fins do inciso II, qualquer cargo público para o qual se exija educação superior ou educação profissional, ministrada na forma e nas condições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4

Fls.:

Proc.: 8.674/14

Rubrica

alcançada pelo Corpo Instrutivo acerca do imperioso acompanhamento do deslinde das análises que estão sendo realizadas pela CPAC e da adoção de medidas para extirpar as acumulações indevidas.

33. No que se refere à **Conciliação do Adiantamento de Férias**, ao **Pagamento de Licença-Prêmio**, ao **Abono de Permanência** e à **Inclusão de Dados na Folha de Pagamento**, em todos os quesitos foram detectadas impropriedades cometidas pelo DETRAN/DF, mas, em resposta a esses casos, afirmou-se que estavam sendo adotadas medidas tendentes à regularização das ocorrências, inclusive com o devido **ressarcimento ao Erário**.

34. Assim, este **MPC/DF** reforça as recomendações elaboradas pelo Controle Interno, e reiteradas pelo Corpo Instrutivo, para que a jurisdicionada: (i) verifique se o **reembolso do adiantamento de férias** foi realizado corretamente em todos os casos, além daqueles que já são objeto da auditoria; (ii) faça constar no formulário de abono de permanência um campo que indique a utilização ou não de licença-prêmio e a adoção de rotina de **controle do pagamento de licença-prêmio**; (iii) seja instaurada uma sistemática de cálculo do abono de permanência e inclusão do fundamento legal das concessões que inclua a consulta aos sítios desta e. **Corte** e da Controladoria-Geral da União; e (iv) implemente um programa de capacitação dos servidores que realizam o lançamento e a revisão dos benefícios lançados nas **Folhas de Pagamento**, a fim de dar cumprimento efetivo à **segregação de funções**, base de um controle eficiente.

35. Cumpre ressaltar que deve a STC acompanhar tais medidas para verificar se a jurisdicionada efetivamente executou as providências necessárias para sanar as irregularidades, informando os resultados a este c. **Tribunal**.

36. No tocante à **Ficha Limpa**, em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Decreto nº 33.564/2012, verificou-se que apenas três servidores permaneciam em situação de irregularidade.

37. A primeira situação diz respeito ao servidor de matrícula nº 993-8 que deixou de apresentar as certidões exigidas no art. 3º do supramencionado Decreto, por já exercer anteriormente cargo comissionado na Administração, sendo exonerado unicamente para permitir a nomeação em cargo diverso. Diante dessa situação, argumentou o DETRAN/DF que a Circular nº 9/2012 – GAB/SEAP afastava a necessidade de apresentação de novas certidões nesses casos.

38. Todavia, o servidor, **em momento algum**, apresentou as certidões obrigatórias, uma vez que a primeira nomeação, **de modo distinto da segunda**, ocorreu antes da entrada em vigor do Decreto nº 33.564/2012. Assim, no entendimento Ministerial,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS –A.4

Fls.:

Proc.: 8.674/14

Rubrica

indispensável a apresentação de todas as certidões exigidas no art. 3º do mencionado Decreto, a fim de possibilitar a manutenção do servidor no seu atual cargo comissionado.

39. Os servidores de matrícula nº 876-1 e 1256-4, por sua vez, foram nomeados por autorização da Procuradoria Jurídica do DETRAN/DF – Despacho/Projur nº 61/2013 e nº 425/2012 – e foram dispensados da entrega da certidão negativa exigida no art. 3º, II, do Decreto nº 33.564/2012. Porém, nos casos em que surgem dúvidas sobre a aplicação do normativo, **deve o Comitê da Ficha-Limpa, estabelecido no art. 5º, manifestar-se a respeito.**

40. Cumpre ressaltar que todas essas medidas devem ser adotadas, pois o nomeado a cargo público deve possuir vida pautada em conduta ética e de respeito aos princípios norteadores da atividade pública, primando pelo interesse coletivo e pelos anseios da sociedade dentro das sua possibilidade de atuação.

41. Desta feita, este **Órgão Ministerial** opina no sentido de que seja determinada a regularização da situação dos servidores indicados nos **parágrafos 37 e 39** e que as dúvidas eventualmente existentes sejam submetidas à consulta do Comitê da Ficha-Limpa.

42. No que tange ao **Auxílio-Creche**, a jurisdicionada afirmou, consoante a fl. 63-v, que não existe “qualquer exigência expressa quanto à necessidade de apresentação de comprovante de matrícula em pré-escola, motivo pelo qual somente é exigido aos servidores o preenchimento do termo de opção pelo benefício, a certidão de nascimento (...) e a declaração de que não há o recebimento de benefício em outro órgão/empresa” (fl. 98).

43. Consoante bem pontuado pela Unidade Técnica, o Decreto nº 16.409/1995, que regulamentou a Lei nº 792/1994, é expresso ao afirmar que só terão direito ao auxílio-creche os servidores que **não tenham dependente matriculado em creche ou pré-escola mantida pelo Poder Público** (art. 7º, III).

44. Portanto, deve a jurisdicionada exigir a apresentação de comprovante ou declaração de que os dependentes dos servidores não estão matriculados em creche/pré-escola mantida pelo Poder Público, a fim de coibir a percepção indevida do auxílio. Do mesmo modo, deve o DETRAN/DF, em caso de acumulação do cargo distrital com outro federal, **exigir declaração do servidor de que não recebe ele, seu cônjuge ou companheira(o) benefício de igual natureza na esfera federal.**

45. Nesse contexto, os pagamentos em duplicidade realizados no exercício de 2013 deverão ser apurados, realizando-se o devido ressarcimento ao Erário nas hipóteses de violação aos Decretos aplicáveis à espécie.

46. Quanto ao **auxílio-saúde**, em que pese a jurisdicionada tenha



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS –A.4

Fls.:

Proc.: 8.674/14

Rubrica

informado que cessaria o pagamento do benefício aos servidores que percebiam o auxílio concomitantemente na autarquia e na Secretaria de Estado de Educação – SE/DF, constatou a Unidade Técnica, em consulta ao SIGRH, em julho de 2014, que quinze servidores continuavam percebendo o benefício em dobro.

47. Urge consignar que a maior parte dos servidores identificados recebe o benefício em dobro **desde junho de 2012**, conforme informações constantes no documento de fls. 91/92

48. É cediço que os servidores da Administração Pública, em estrito cumprimento ao art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 4.862/2012, **não podem receber o auxílio-saúde em duplicidade**, restando apenas a possibilidade de optar pelo mais vantajoso.

49. Assim, deve o DETRAN/DF conceder prazo para que os servidores elencados na tabela de fl. 100 indiquem o benefício de qual das jurisdicionadas perceberão, ressaltando que “caso optem pelo benefício do DETRAN, o fato deve ser comunicado à Secretaria de Estado de Educação para que esta adote as providências de sua alçada, qual seja, o cancelamento do benefício e a abertura de procedimento administrativo, com a consequente **devolução dos valores percebidos em duplicidade** (fls. 91/92), haja vista o disposto no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.862/2012. Caso optem pelo benefício da SEDF, o DETRAN deve proceder ao cancelamento do benefício pago e adotar as devidas providências quanto à **devolução ao erário** dos valores percebidos indevidamente a esse título, conforme preceituam os arts. 112, parágrafo único, e 119 da Lei Complementar nº 840/11, sem prejuízo de garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa.” (Fl. 101).

50. Por derradeiro, quanto à percepção em **duplicidade do auxílio-alimentação** por servidores da jurisdicionada que acumulam cargos públicos, consigno que a legislação pertinente à concessão dos referidos benefícios, LC nº 840/2011 e Decreto distrital nº 33.878/2012, **veda expressamente** a sua percepção de forma cumulativa, **ex-vi** do artigo 112, inciso II e artigo 3º, respectivamente.

51. Nesse sentido, transcrevo parte da Informação da Unidade Técnica que trata das normas que regem a matéria, veja-se:

"33. O auxílio-alimentação dos servidores do Distrito Federal foi instituído pela Lei nº 786/94, mantido pela Lei Complementar nº 840/2011 e regulamentado pelo Decreto nº 33.878/12. A LC nº 840/11 veda a percepção de mais de um benefício a esse título, conforme demonstrado abaixo:

Lei Complementar nº 840/2011:

Art. 112. O auxílio-alimentação sujeita-se aos seguintes



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



critérios:

II – não pode ser acumulado com outro benefício da mesma espécie, ainda que pago in natura;

III – depende de requerimento do servidor interessado, no qual declare não receber o mesmo benefício em outro órgão ou entidade;

34. O mesmo entendimento é encontrado no art. 3º do Decreto nº 33.878/12, que regulamentou a matéria, conforme abaixo:

Art. 3º O auxílio-alimentação é inacumulável com qualquer outro auxílio da mesma espécie ou de espécie semelhante, tais como auxílio cesta básica, fornecimento de alimentação.

(...)

Art. 5º Para se habilitar a receber o auxílio-alimentação, o servidor deverá preencher formulário próprio de cadastramento e, se for o caso, apresentar declaração, fornecida pelo órgão com quem detém outro vínculo, informando

que não há percepção de benefício de mesma natureza, em caso de requisição ou de acumulação de dois cargos.

35. Ademais, o art. 1º da Portaria n.º 72, de 1º de novembro de 2000, da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa – SGA dispõe que a concessão do auxílio-alimentação se dará mediante prévia assinatura de Termo de Opção, conforme modelo fixado no Anexo I dessa norma, assim expresso: ‘Desejo receber o Auxílio Alimentação por não perceber idêntico benefício em outro órgão público’.

36. Na área federal, a concessão do auxílio-alimentação encontra-se disciplinada pelo artigo 22 da Lei nº 8.460/92, com redação dada pela Lei nº 9.527/97, que estabelece, entre outros aspectos, a concessão única desse benefício, verbis:

Art. 22. O Poder Executivo disporá sobre a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia trabalhado, aos servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 1997)

§ 1º A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4

Fls.:

Proc.: 8.674/14

Rubrica

§ 2º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma da Constituição fará jus a percepção de um único auxílio-alimentação, mediante opção. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

(...)

§ 5º O auxílio-alimentação é inacumulável com outros de espécie semelhante, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

37. Atendendo à legislação de regência e o disposto no item 9.4.1 do Acórdão nº 737/2005 do TCU-Plenário, o MPOG elaborou a Orientação Normativa nº 5, de 8 de agosto de 2005, que trata da percepção do auxílio-alimentação por servidor federal, na hipótese de acumulação de cargos ou empregos públicos, nos moldes insculpidos na Constituição Federal, assim dispondo:

Art. 1º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma da Constituição fará jus à percepção de apenas um auxílio-alimentação, mediante opção.

Parágrafo único. Até que sejam efetuadas as adequações necessárias no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, com vistas à parametrização dos pagamentos, recomendamos aos órgãos e entidades que analisem eventuais casos de duplicidade de concessão para fins de suspensão dos pagamentos indevidos.

Art. 2º Os valores recebidos em duplicidade a este título, devem ser ressarcidos aos cofres públicos na forma do disposto no art. 46 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

38. Conclui-se, à luz das normas disciplinadoras da matéria que, tanto na esfera federal quanto na distrital, impõem-se limites à percepção cumulativa do auxílio-alimentação.

39. No mês de referência 06/2013, foi verificado que 4 (quatro) servidores percebiam em duplicidade o referido auxílio. A jurisdicionada, ao tomar conhecimento da situação, manifestou-se da seguinte forma: 'Os servidores apontados no relatório serão comunicados quanto ao recebimento em duplicidade, oportunidade em que lhes serão garantidas a ampla defesa e o contraditório. Confirmadas as irregularidades, os servidores serão cientificados quanto à devolução dos valores recebidos indevidamente em função da acumulação ilegal dos benefícios.'



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4

Fls.:

Proc.: 8.674/14

Rubrica

40. De fato, ao verificarmos as providências implementadas pelo DETRAN visando atender a demanda do Controle Interno, qual seja, a regularização dos pagamentos do benefício, constatou-se que, no mês de referência abril/2014, apenas 2 (dois) servidores perceberam em duplicidade o benefício, sendo no segundo vínculo 1 (um) pago pelo TCDF (não identificado anteriormente pela STC) e 1 (um) pela Fundação Universidade de Brasília (já identificado – Antônia Marilene da Silva).

41. Em relação à servidora Antônia Marilene da Silva, cabe ao DETRAN convocar a servidora para que faça a opção pelo benefício nesta autarquia ou na FUB, com a consequente restituição dos valores percebidos indevidamente. Mesma providência deve ser aplicada ao servidor Gilmar Pereira de Arruda, não identificado à época pela STC. Ambos os casos, no entanto, serão acompanhados no âmbito do Processo TCDF nº 12.195/2014 (Auditoria de Regularidade em andamento no DETRAN/DF).” (Fls. 101/103).

52. Dessa forma, o **Parquet** especializado **converge** com a sugestão trazida pelo Corpo Técnico no sentido de que o DETRAN/DF regularize a situação dos dois servidores a que faz menção, convocando os servidores para realizarem a opção e promoverem o **ressarcimento ao Erário dos valores indevidamente percebidos**, ao abrigo do devido processo legal.

53. Ante o exposto, este **MPC/DF acompanha as conclusões** trazidas pela Unidade Técnica no documento de fls. 93/107, **com os adendos constantes dos parágrafos 19, 24 e 44/45 deste Parecer.**”

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



VOTO

8. Cuidam os autos da Auditoria de Pessoal Ativo realizada pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF no Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF.

9. Efetuadas as apurações devidas, o Controle Interno concluiu pela existência de falhas formais, médias e graves, as quais foram sintetizadas da seguinte forma pelo Corpo Técnico desta Corte (fl. 94):

“a) Inadequações das instalações utilizadas pela área de pessoal e Falhas nos procedimentos de concessão de Gratificação de Titulação – GTIT e de Adicional de Qualificação (falhas formais);

b) Adicional de Insalubridade; Admissão; Desvio de Função; Acumulação de Cargos, Empregos ou Funções Públicas; Auxílio-Creche; Auxílio-Saúde; Auxílio-Alimentação; Cadastramento e Exclusão de Vantagens na Folha de Pagamento; Ficha Limpa; Ampliação de Carga Horária; e Cessão de servidor a órgão ou entidade dos Poderes do Distrito Federal, da União, dos Estados ou dos Municípios (falhas médias);

c) Adicional noturno e Adicional por tempo de serviço; Conciliação do adiantamento de férias; Pagamento de Licença-Prêmio em Pecúnia; e Abono de Permanência (falhas graves).”

10. A Área Instrutiva pronunciou-se no sentido de que sejam emitidas determinações ao Controle Interno para que dê continuidade ao acompanhamento das correções implementadas pelo DETRAN. Também sugere determinações de ações corretivas à autarquia distrital, fixando-se prazo para que informe ao Tribunal sobre as medidas adotadas.

11. O **Parquet** especializado endossa as sugestões alvitadas, propondo adendos quanto ao adicional de insalubridade, ao cadastro de admissões no SIRAC e ao pagamento de auxílio creche.

12. As análises empreendidas pelo Corpo Técnico e pelo Órgão Ministerial não merecem reparos, sendo suas sugestões de encaminhamento adequadas ao fim que se persegue.

Assim sendo, de acordo com os Pareceres, VOTO no sentido



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



de que o Tribunal:

I. tome ciência das impropriedades encontradas pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle na auditoria de que trata o Processo GDF nº 0480-000146/2013, e das providências que estão sendo adotadas pelo DETRAN/DF;

II. determine à Controladoria-Geral do DF que dê continuidade no acompanhamento das providências que estão pendentes, relacionadas aos seguintes assuntos: adicional de tempo de serviço; adicional de insalubridades; desvio de função; acumulação de cargos ou empregos públicos; auxílio-alimentação; conciliação do adiantamento de férias; pagamento de licença-prêmio em pecúnia; abono de permanência; e ficha limpa; bem assim sobre o tema “*Ampliação de Carga Horária*”, dando ciência ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, sobre a efetiva implementação das medidas noticiadas pela autarquia auditada;

III. determine ao DETRAN/DF, encaminhando-lhe cópia da Informação de fls. 93/107 e da decisão que vier a ser proferida, que:

a) em relação às admissões de servidores:

1) promova, tempestivamente, os registros no SIRAC, observando ainda os prazos fixados na Resolução TCDF nº 168/04 para encaminhamento dos atos respectivos ao Controle Interno e para atendimento das diligências eventualmente baixadas pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle;

2) o cadastramento das informações relativas às admissões ainda pendentes, encaminhando a documentação pertinente a esta Corte de Contas;

b) exija dos servidores, que recebem auxílio-creche, os comprovantes de que o dependente não está matriculado em creche/pré-escola mantida pelo Poder Público, e, nos casos de acumulação de cargo distrital



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



com outro federal, declaração do servidor de que não recebe ele e seu cônjuge ou companheiro(a), benefício de igual natureza na esfera federal, conforme art. 7º do Decreto nº 16.409/95;

c) em relação ao auxílio-saúde, convoque os servidores identificados na fl. 100 para que façam a opção pelo benefício em apenas um dos vínculos. Caso optem pelo benefício do DETRAN, comunique o fato à Secretaria de Estado de Educação para que esta adote as providências de sua alçada, qual seja, o cancelamento do benefício e a abertura de procedimento administrativo, com a consequente devolução dos valores percebidos em duplicidade, conforme apontado na tabela de fls. 91/92, haja vista o disposto no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.862/12. Caso optem pelo benefício da Secretaria de Estado de Educação do DF, proceda ao cancelamento do benefício pago pelo DETRAN e adote as devidas providências quanto à devolução ao erário dos valores percebidos indevidamente a esse título, conforme preceituam os arts. 112, parágrafo único, e 119 da Lei Complementar nº 840/11, sem prejuízo de garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa;

d) dê ciência ao Tribunal, em 90 (noventa) dias, das providências adotadas em relação ao disposto nas alíneas “a.2” e “c”, anteriores.

IV. autorize:

a) a devolução do apenso à Controladoria-Geral do DF, com cópia do documento de fls. 91/92 e da decisão que vier a ser adotada;

b) a remessa à Secretaria de Estado de Educação das peças de fls. 91/92 para que, em conjunto com o DETRAN/DF, e observado o devido processo legal, regularize o pagamento da parcela Auxílio-Saúde, atualmente paga em duplicidade, bem assim providencie o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente, dando ciência ao Tribunal no prazo de 90 (noventa) dias;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS —A.4



c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para adoção das providências devidas.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2015.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro - Relator

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).